



A Teoria Política no Império Romano e na Idade Média

DOI: 10.5281/zenodo.14681175

Recebido: 20/12/2024 | Aceito: 15/01/2025 | Publicado *on-line*: 17/01/2025

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo:

O artigo reflete sobre a teoria política no Império Romano e na Idade Média. Em primeiro lugar, analisa-se a ideologia do poder imperial e frisa-se a importância do direito e da Administração centralizada como fundamentos desse poder político. A seguir, apresentam-se as principais características da teoria política do Tito Lívio, mostrando-se a influência de Aristóteles na sua obra. Por último, examinam-se as ideias políticas de Santo Agostino e de Santo Tomás de Aquino, mostrando-se a relevância filosófica e teológica de ambos os autores e suas diferenças teóricas no campo da análise política.

Palavras-chave: Teoria Política. Império Romano. Idade Média

Abstract:

The article reflects on political theory in the Roman Empire and the Middle Ages. First, it analyzes the ideology of imperial power and emphasizes the importance of law and centralized administration as the foundations of this political power. Next, the main characteristics of Titus Livy's political theory are presented, highlighting Aristotle's influence on his work. Finally, it examines the political ideas of Saint Augustine and

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaiso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

Saint Thomas Aquinas, showcasing the philosophical and theological relevance of both authors and their theoretical differences in the field of political analysis.

Keywords: *Political Theory, Roman Empire, Middle Ages*

1. Introdução

O último grande autor político do período clássico é Políbio, historiador grego do século II a.C. (Castro, Olivieri & Castro de Lacerda, 2024c) O primeiro importante autor da teoria política moderna é Nicolau Maquiavel, que viveu no século XV. Isso nos dá uma distância de 17 séculos entre os dois. A pergunta que surge é: por que existe essa lacuna tão grande entre os dois autores? Por que não estudamos nenhum outro teórico político entre o século II a.C. e o século XV d.C.?

Dividiremos nossa discussão em dois momentos. Primeiramente, recordemos o contexto histórico de Políbio, que viveu no período em que testemunhou o surgimento do Império Romano. O Império Romano se estendeu do século II a.C. ao século V d.C., quando caiu oficialmente em 476 d.C., marcando o fim do Império Romano do Ocidente.

Em segundo lugar, a queda do Império Romano deu início à Idade Média, que se estendeu do século V d.C. ao século XV d.C. Este último é conhecido como o século do Renascimento, período que coincide com a figura proeminente de Maquiavel, um pensador renascentista. Assim, temos dois grandes períodos históricos: o Império Romano e a Idade Média.

A Idade Média, por sua vez, é dividida em duas fases: a Alta Idade Média, que vai do século V d.C. ao século X d.C. e a Baixa Idade Média, que vai do século XI d.C. ao XV d.C. Falaremos sobre isso mais adiante, mas, por enquanto, vamos retornar ao período do Império Romano e à seguinte questão: será que, durante os sete séculos do Império Romano, houve algum autor relevante na filosofia ou teoria política digno de estudo? A resposta é: sim, houve autores importantes. Um dos mais destacados é Tito Lívio, que teve grande influência sobre pensadores políticos da modernidade, incluindo o próprio Maquiavel. Contudo, a cultura romana, de maneira geral, foi fortemente influenciada pela cultura grega. Não é exagero dizer que muitas ideias romanas, no que diz especificamente à política, são, na verdade, uma continuidade do que já havia sido pensado na Grécia, especialmente por Platão e Aristóteles.⁴(Castro, Olivieri & Lacerda, 2023; 2024, a, b e d)

Portanto, ao estudar Tito Lívio, estamos, de certa forma, revisitando as ideias de Aristóteles. Embora haja uma reflexão política na sua obra histórica, não trouxe grandes inovações em relação ao que já havia sido proposto pelos filósofos gregos. Foi por meio de Tito Lívio que Maquiavel teve contato com Aristóteles.

2. A Teoria Política no Império Romano

A teoria política no Império Romano constitui um tema de grande complexidade e relevância histórica. No período imperial, que se estendeu de 27 a.C., com a ascensão de Otávio (Augusto) ao poder, até a queda de Roma em 476 d.C., os romanos desenvolveram uma abordagem *pragmática e multifacetada* da governança. Essa abordagem foi influenciada por ideais republicanos herdados do período anterior, por princípios helenísticos e por uma visão centralizadora do poder que caracterizou o regime imperial.

⁴ Esse vínculo entre as culturas grega e romana é tão forte que, muitas vezes, nos referimos a esse período como o da *cultura greco-romana*. Um exemplo claro dessa simbiose cultural está na religião: os deuses romanos são adaptações diretas dos deuses gregos. Por exemplo, Zeus torna-se Júpiter; Hera, Juno; Ares, Marte; Afrodite, Vênus; Dionísio, Baco; e Hefesto, Vulcano etc.

2.1.A Transição da República ao Império

O fim da República Romana e a fundação do Império por Augusto marcaram uma transformação fundamental na *organização política* de Roma. Durante a República, o poder era *compartilhado* entre diversas instituições, como o Senado, os magistrados e as assembleias populares. No entanto, a instabilidade gerada por conflitos internos e guerras civis levou à concentração de autoridade nas mãos de um único líder.

Augusto estabeleceu o "principado", um regime que preservava as aparências republicanas enquanto concentrava poder no imperador. Ele assumiu títulos como "príncipe do Senado" *-princeps senatus-* e "primeiro entre os cidadãos" *-princeps civitatis-*, destacando sua posição como guardião da tradição republicana, mas, na prática, consolidando um governo autocrático.

2.2. A Ideologia do Poder Imperial

A ideologia política do Império Romano era sustentada por várias estratégias, incluindo a construção de uma narrativa divina para o imperador, a promoção de um senso de unidade e continuidade e o uso da propaganda visual e literária.

1. **Divinização do Imperador:** O culto ao imperador foi uma das principais ferramentas da legitimação do poder. Os césores eram frequentemente associados a deuses e, em alguns casos, divinizados após a morte. Essa prática não apenas reforçava a autoridade imperial, mas também criava uma conexão simbólica entre o governante e a ordem cósmica.
2. **Unidade e Ordem:** O Império foi concebido como uma entidade universal que transcenderia fronteiras culturais e nacionais. A *Pax Romana*, ou "Paz Romana", foi apresentada como uma conquista do regime imperial, garantindo estabilidade e prosperidade às províncias. Essa ideia foi fundamental para justificar a expansão e a manutenção do poder centralizado.
3. **Propaganda e Controle Ideológico:** Monumentos, moedas e obras literárias celebravam as conquistas do imperador e difundiam valores que sustentavam a legitimidade do regime.⁵

2.3. O Direito e a Administração como Fundamentos do Poder

O *direito romano* desempenhou um papel crucial na teoria e na prática política do Império. As *leis* eram vistas como expressões da *vontade imperial* e *instrumentos de organização social*. Juristas como Ulpiano e Gaius contribuíram para o desenvolvimento de um corpo jurídico que equilibrava tradições locais e necessidades imperiais. O conceito de "poder soberano" emergiu nesse contexto, com o imperador sendo a fonte suprema de autoridade legal.

A administração também foi um pilar essencial do sistema político romano. Governadores provinciais, legiões militares e uma ampla rede de burocratas garantiram a implementação das políticas imperiais e a arrecadação de tributos. Essa estrutura centralizada permitiu que o Império mantivesse controle sobre um vasto território e uma população diversa.

2.4. O Legado da Teoria Política Romana: Reflexões Filosóficas críticas

Embora a teoria política romana fosse amplamente *pragmática*, também houve reflexões filosóficas que moldaram a compreensão do poder e da governança.

⁵ Poetas como Virgílio, com sua obra "Eneida", exaltaram as origens divinas de Roma e a missão civilizatória do Império.

Filósofos estoicos, como Sêneca, destacaram a importância da *virtude* e da *moderação* no exercício do poder, oferecendo uma *visão moral* da liderança imperial. Por outro lado, críticas ao autoritarismo surgiram em textos históricos e literários, refletindo a tensão entre a tradição republicana e o regime autocrático.

O legado da teoria política do Império Romano é amplo e duradouro. Elementos como a centralização do poder, a utilização da propaganda e o papel do direito como instrumento de controle influenciaram sistemas políticos posteriores, incluindo os modelos monárquicos e o conceito *moderno* de *Estado*. Em suma, a teoria política romana foi um reflexo das complexidades e desafios de governar um império vasto e diversificado. Ao mesmo tempo que promovia a centralização do poder, também buscava equilibrar tradições republicanas, pragmatismo administrativo e ideais filosóficos, deixando um impacto profundo na história da governança.

3.A Teoria Política de Tito Lívio

Tito Lívio, historiador romano, abordou a teoria política principalmente por meio de sua obra monumental, *Ab Urbe Condita* -Desde a Fundação da Cidade-, na qual narra a história de Roma desde seus primórdios até o século I a.C. Sua visão política estava profundamente enraizada nos valores *republicanos* tradicionais, que exaltavam virtudes como a disciplina, o dever cívico, a justiça e a fidelidade à comunidade. (Livio, 2023)

Lívio idealizava a República como o auge da organização política romana, destacando a importância do equilíbrio de poderes entre o Senado, os magistrados e as assembleias populares. Ele via o declínio da República como consequência de ambição desmedida, corrupção e perda de valores morais fundamentais. Suas narrativas enfatizam exemplos de líderes virtuosos que personificavam o modelo ideal de governança, como Cincinato, cuja modéstia e dedicação ao bem público eram vistas como modelos a serem seguidos.

Embora o historiador romano não formulasse uma teoria política sistemática, sua obra reflete um compromisso com a defesa dos *valores republicanos* e oferece uma crítica implícita ao autoritarismo que marcou a transição ao Império. Ele buscava ensinar lições morais e políticas a seus contemporâneos, usando o passado como uma ferramenta de reflexão para o presente.

3.1.A Influência de Aristóteles na obra de Tito Lívio

A influência de Aristóteles na obra de Tito Lívio é indireta, mas perceptível em alguns aspectos fundamentais, sobretudo na forma como o historiador romano aborda as questões políticas e éticas. Tito Lívio não era um filósofo e não se dedicava explicitamente a explorar teorias políticas sistemáticas, como Aristóteles em sua *Política* ou na *Ética a Nicômaco*. No entanto, suas narrativas históricas refletem uma sensibilidade aristotélica em relação à política como a arte de organizar a vida em comunidade e à importância da virtude para a estabilidade e prosperidade de um sistema político. Aqui estão os principais *pontos de interseção* entre Aristóteles e Tito Lívio:

1. Valorização da Virtude Cívica

Aristóteles, em sua teoria política, enfatiza a importância da virtude cívica como base para a estabilidade do regime político. Ele argumenta que a educação moral dos cidadãos e o cultivo da ética pública são fundamentais para a sobrevivência da pólis. Tito Lívio, em suas narrativas, ecoa essa visão ao destacar exemplos de grandes líderes e cidadãos romanos cuja virtude pessoal contribuiu para a glória de Roma. Figuras como Cincinato, que abandonou o poder voluntariamente, e os irmãos

Horácios, que simbolizam a lealdade à cidade, são apresentados como modelos de virtude cívica.

2. A Importância do Equilíbrio Político

Aristóteles defende que a melhor forma de governo é aquela que equilibra elementos de monarquia, aristocracia e democracia, criando uma constituição mista que evita os extremos. Embora Tito Lívio não aborde esse conceito diretamente, sua narrativa sobre a República Romana ressalta o equilíbrio entre as instituições republicanas (Senado, magistrados e assembleias populares) como chave para o sucesso de Roma. Ele mostra como a quebra desse equilíbrio, devido à corrupção e à ambição pessoal, levou à crise e à transição para o Império.

3. História como Lições Morais e Políticas

Para Aristóteles, a história é útil porque oferece exemplos concretos de ações humanas e seus resultados, permitindo que os governantes aprendam com o passado. Tito Lívio adota uma abordagem semelhante em sua *Ab Urbe Condita*, utilizando o passado de Roma para ensinar lições de moralidade, virtude e boa governança. Ele mostra como decisões políticas e comportamentos individuais impactaram na grandeza ou na decadência de Roma, oferecendo modelos a serem seguidos ou evitados.

4. A Importância da Comunidade

Aristóteles concebe o ser humano como um "animal político" que só alcança a plenitude vivendo em comunidade. Tito Lívio, de maneira semelhante, enfatiza o papel da união comunitária e do bem comum na construção e manutenção da grandeza de Roma. Ele celebra a cooperação entre os cidadãos romanos nos primeiros dias da República, quando a prioridade era o bem-estar coletivo, em contraste com os conflitos internos do final da República.

Embora Tito Lívio não tenha sido diretamente influenciado pelos textos de Aristóteles, as ideias aristotélicas sobre virtude, equilíbrio político e o papel do indivíduo na comunidade ressoam em sua obra. Essas ideias eram parte de uma tradição intelectual mais ampla que permeava a cultura greco-romana e moldava as reflexões sobre política e história no mundo antigo. Assim, a obra histórica de Tito Lívio pode ser vista como um reflexo prático e narrativo de alguns dos princípios filosóficos que Aristóteles teorizou em seus escritos. (Castro, Olivieri & Castro de Lacerda, 2024 a e d)

4.A reflexão política na Idade Média

Vejamos o que aconteceu na Idade Média. A queda do Império Romano foi um evento dramático que transformou completamente o mundo conhecido. Para dar uma ideia da duração do Império Romano, ele existiu por mais de 700 anos. Comparemos isso com um pouco mais de 500 anos desde a chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492.

A queda de Roma em 476 d.C. marcou o início de um período de caos e desordem. A fome, a anarquia política, as epidemias e a insegurança dominaram a Europa. Cidades foram abandonadas, e o mundo entrou em colapso. Esse período é conhecido como Idade Média, e seu início foi caracterizado pela ausência de um sistema político centralizado e pela fragmentação do poder.

Curiosamente, a única instituição que sobreviveu à queda de Roma foi a Igreja, que na época representava o cristianismo ainda unificado. Isso é surpreendente, pois o cristianismo, nos seus primeiros séculos, foi duramente perseguido pelos romanos. No entanto, a conversão do imperador Constantino ao cristianismo mudou completamente o destino dessa religião.

Constantino, por meio de um decreto, tornou o cristianismo uma crença religiosa aceita e, posteriormente, a religião oficial do Império. Isso permitiu que a Igreja utilizasse a estrutura administrativa, burocrática e econômica do Império Romano para se expandir. Essa sobrevivência institucional foi crucial para a consolidação do cristianismo na Europa.

4.1. Por que vamos falar de Santo Agostinho?

Porque tínhamos afirmado anteriormente que a única instituição que permaneceu em pé após a queda do Império Romano foi a Igreja Católica. Santo Agostinho, um nome marcante na segunda metade do século IV e início do V d.C., nasceu no ano de 354 e morreu em 430. Ele foi uma testemunha privilegiada dos últimos tempos do Império Romano. Menos de 50 anos após sua morte, Roma caiu definitivamente, embora, já na sua época, os sinais de enfraquecimento do Império fossem evidentes.

Não nos deteremos aqui nas diversas causas da queda do Império Romano, pois são inúmeros os argumentos utilizados pelos historiadores. O que importa é que estamos diante de uma religião -o cristianismo- que sobreviveu à queda do império e que está em processo de reconstrução e consolidação. Com efeito, trata-se de uma instituição em formação num mundo caótico, onde nada permanece e tudo parece desmanchar no ar. Nesse contexto, o cristianismo precisa se afirmar e consolidar, e a teologia e a filosofia de Santo Agostinho são uma peça fundamental na construção e legitimação dessa crença religiosa.

Há uma anedota que o próprio Santo Agostinho relata nos seus textos, que ele próprio interpretou essa experiência como uma mensagem de Deus, que ilustra também a relação com o que ocorrerá com a cultura e a filosofia nos séculos posteriores à queda do Império Romano. Segundo Santo Agostinho, ele esteve inquieto por várias noites, incapaz de dormir, pensando em uma questão complexa do cristianismo: o dogma da Santíssima Trindade.⁶

A anedota relata que Santo Agostinho, em um sonho, estava caminhando à beira do mar quando encontrou um menino. Esse menino usava uma concha para pegar água do mar e despejá-la em um pequeno buraco na areia. Curioso, Santo Agostinho perguntou ao menino o que ele estava fazendo. O menino respondeu que estava tentando colocar toda a água do mar naquele pequeno buraco. Santo Agostinho, de forma sarcástica, disse ao menino que isso era impossível, pois o oceano é infinito, enquanto o buraco era muito pequeno. O menino, que Santo Agostinho acreditava ser um anjo, respondeu: "Assim como você, Santo Agostinho, deseja colocar os mistérios infinitos de Deus dentro do seu intelecto, que é tão limitado".

Essa anedota aborda a *tensão* entre *razão* e *fé*, uma discussão que perdura até os dias de hoje. Santo Agostinho nos alerta, especialmente em *A Cidade de Deus*,

⁶Por "dogma", entende-se uma *verdade evidente em si mesma*, que não precisa de comprovação. No caso, o dogma da Santíssima Trindade afirma que Deus é um, mas, ao mesmo tempo, três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A razão humana nos diz que "um é um" e que "um nunca poderá ser três". Contudo, o dogma afirma que Deus é um e três simultaneamente.

sobre os perigos da razão sem limites. Ele acreditava que a razão, movida pela curiosidade e pela vaidade humanas, nos afastava da verdadeira essência da fé e da comunhão com Deus. Segundo Santo Agostinho, o caminho para Deus é exclusivamente pela fé. Um homem sem fé, por mais racional que seja, nunca alcançará Deus. (Santo Agostinho, 2017 e 2024)

Agora, qual é a visão do Estado na Alta Idade Média? Aristóteles nos apresenta o Estado como uma instituição natural, produto da natureza, sem um contrato social. Essa é a teoria naturalista da origem do Estado. Na Idade Média, porém, temos uma visão divina da origem do Estado, baseada na premissa de que Deus é a causa de todo poder. Quem detém o poder o faz por vontade divina. Esse argumento é o fundamento da sociedade absolutista, que também desenvolve uma percepção negativa do Estado.

Nessa visão, o Estado serve para conter a natureza má dos homens, que são inclinados ao pecado. Por meio da violência e da lei, o Estado garante uma convivência minimamente harmônica.⁷

5. O contexto da Idade Média após a queda do Império Romano

Como dissemos anteriormente, após a queda do Império Romano, o mundo estava em frangalhos. O único pilar restante era a Igreja. Nesse cenário, qualquer pensamento ou cultura que não viesse do cristianismo era visto como perigoso. Isso inclui os filósofos gregos, como Platão e Aristóteles, cuja cultura era considerada pagã. Por isso, houve, por parte da Igreja, um rechaço inicial ao legado grego, o que levou a um retrocesso cultural na Europa. Do século V d.C. ao X d.C., a Europa mergulhou nas trevas. O analfabetismo tornou-se predominante, e a cultura quase desapareceu.

A situação começou a mudar por volta dos séculos XI e XII d.C. quando as obras dos filósofos gregos, especialmente as de Aristóteles, começaram a retornar à Europa, preservadas pelos árabes. Essas obras foram levadas aos mosteiros, os únicos locais onde ainda havia homens letrados capazes de lê-las e preservá-las.⁸

5.1. A relevância filosófica e teológica de Santo Tomás de Aquino

Estamos no século XIII, no período da Baixa Idade Média, com a Europa em reconstrução. Santo Tomás de Aquino foi uma figura central na teologia e filosofia cristãs desse século, ao ser um dos responsáveis por incorporar as ideias de um pensador pagão como Aristóteles na filosofia e, sobretudo, no arcabouço da teologia cristã.

Ele se contrapõe, em certa medida, ou dá uma resposta diferente à suposta tensão entre razão e fé que Santo Agostinho havia apresentado no início da Idade Média. Lembrando que ele foi um dos grandes estudiosos de Aristóteles após a redescoberta das suas obras, Santo Tomás nos apresenta uma visão divergente da teologia aceita pela Igreja na sua época.⁹

Segundo Santo Tomás, Deus nos criou com razão, e isso não foi por acaso. A razão tem um papel fundamental no cristianismo e na vida do cristão, pois Deus deixou

⁷ Essa percepção está presente, por exemplo, na obra de Isidoro de Sevilha, *Sententiae*, e no pensamento de Martinho Lutero no início do século XVI. Para Lutero, o Estado é uma ferramenta divina para conter a maldade humana, assim como uma fera selvagem é controlada por correntes. Essa visão do Estado, baseada no terror e na lei, perdura até o século XVI.

⁸ Há um filme interessante que ilustra bem esse contexto: *O Nome da Rosa*, baseado num romance do escritor italiano Umberto Eco. Na trama, um monge investiga mortes misteriosas em um mosteiro. Ele descobre que a causa das mortes era a existência na biblioteca do mosteiro de um livro envenenado: a *Poética*, de Aristóteles, especialmente a parte que se dedica a estudar a Comédia. A história simboliza o receio em relação à filosofia grega na época.

⁹ A *Política* de Aristóteles, por exemplo, só foi redescoberta no século XIII, na época de Santo Tomás de Aquino. Durante grande parte da Idade Média, na Europa, a obra política de Aristóteles era desconhecida.

vestígios no mundo, sinais de Seu poder, de Sua ação e de Sua existência. O ser humano, por meio do exercício racional, pode interpretar esses sinais e, através da argumentação, chegar a Deus. Portanto, Santo Tomás nos oferece uma tentativa de conciliação entre razão e fé. A Deus chegamos pela fé sem dúvida, mas também podemos chegar a Ele pela razão. Um exemplo claro disso pode ser encontrado na *Suma Teológica*, obra fundamental de Santo Tomás, que apresenta as cinco vias para a comprovação da existência de Deus.

A primeira dessas vias é a do movimento. Santo Tomás argumenta que, pelo fato de existirem coisas que se movem, podemos concluir que Deus existe. Essa argumentação remonta à *Metafísica* de Aristóteles, que fala do "primeiro motor imóvel". Quando Aristóteles explica o movimento, conclui que, para haver movimento, deve existir um "primeiro motor" que seja a causa de todos os movimentos, mas que Ele mesmo seja imóvel. Santo Tomás, ao ler Aristóteles, diz: esse primeiro motor imóvel não pode ser outra coisa senão Deus. Apresentamos apenas esse exemplo sucintamente para ilustrar a possível conciliação entre razão e fé que Santo Tomás nos traz no século XIII. Essa conciliação será fundamental para entendermos o surgimento do Renascimento. (Santo Tomás de Aquino, 2018)¹⁰

Estamos falando do renascimento de quê? Estamos nos referindo ao renascimento da civilização ocidental? É um renascimento porque, a partir do século XV, a razão volta a ocupar o lugar central que teve na origem da nossa civilização, especificamente na cultura grega com o nascimento da filosofia no século VI a.C. Nesse novo contexto, especialmente na reflexão política surge a figura original de Maquiavel.

A pouca atenção dada aos filósofos políticos da época do Império Romano ou da Idade Média, diz respeito a que na Idade Média temos basicamente uma cultura fragmentada, com um esquecimento e perda significativa do legado da reflexão política grega. Não tivemos um desenvolvimento robusto na filosofia política. Contudo, há figuras importantes como Santo Agostinho, no final do século IV e início do século V, Santo Tomás de Aquino, no século XIII, Duns Escoto e Dante Alighieri, no século XIV, dentre outros.

6. Considerações finais

O artigo analisou de forma sucinta a teoria política no Império Romano e na Idade Média. Em relação ao primeiro tema, assinalou-se que a teoria política na Roma imperial foi influenciada por ideais republicanos herdados do período anterior, por princípios helenísticos e por uma visão centralizadora do poder que caracterizou o regime imperial.

Percebemos uma abordagem *pragmática e multifacetada* da governança, mas esse modelo estabeleceu as bases para o desenvolvimento da teoria política imperial, que buscava legitimar a concentração de poder em uma figura central. A ideologia política do Império Romano era sustentada por várias estratégias, incluindo a construção de uma narrativa divina para o imperador, a promoção de um senso de unidade e continuidade.

O *direito romano* desempenhou um papel crucial na teoria e na prática política do Império. As *leis* eram vistas como expressões da *vontade imperial* e *instrumentos de organização social*. Ao mesmo tempo que promovia a centralização do poder, também buscava equilibrar tradições republicanas, pragmatismo administrativo e ideais filosóficos, deixando um impacto profundo na história da governança.

¹⁰ A filosofia de Santo Tomás, que interpreta Aristóteles sob uma perspectiva cristã, é chamada de Tomismo Aristotélico e é, até hoje, a filosofia oficial da Igreja Católica Apostólica Romana.

Embora Tito Lívio não formulasse uma teoria política sistemática, sua obra reflete um compromisso com a defesa dos *valores republicanos* e oferece uma crítica implícita ao autoritarismo que marcou a transição ao Império. Ele buscava ensinar lições morais e políticas a seus contemporâneos, usando o passado como uma ferramenta de reflexão para o presente. Suas narrativas históricas refletem uma sensibilidade aristotélica em relação à política como a arte de organizar a vida em comunidade e à importância da virtude para a estabilidade e prosperidade de um sistema político.

No seu início, a Idade Média foi caracterizada pela ausência de um sistema político centralizado e pela fragmentação do poder. Curiosamente, a única instituição que sobreviveu à queda de Roma foi a Igreja, que na época representava o cristianismo ainda unificado. Nesse contexto, o cristianismo precisou se afirmar e consolidar, e a teologia e a filosofia de Santo Agostinho são uma peça fundamental na construção e legitimação dessa nova crença religiosa.

Agostinho analisa a *tensão* entre *razão* e *fé*, uma discussão que perdura até os dias de hoje e nos alerta sobre os perigos da razão sem limites. Ele acreditava que a razão, movida pela curiosidade e pela vaidade humanas, nos afastava da verdadeira essência da fé e da comunhão com Deus e o caminho para Deus é exclusivamente pela fé.

Na Idade Média temos uma visão divina da origem do Estado, baseada na premissa de que Deus é a causa de todo poder. Quem detém o poder o faz por vontade divina. Esse argumento é o fundamento da sociedade absolutista e justifica uma percepção negativa do Estado.

Por último, mostramos que Santo Tomás de Aquino foi uma figura central na teologia e filosofia cristãs desde o século XIII até hoje, ao ser um dos responsáveis por incorporar as ideias de Aristóteles na filosofia e no arcabouço da teologia cristã. As ideias filosóficas e teológicas de Santo Tomás ilustram a possível conciliação entre razão e fé, na medida que a Deus chegamos pela fé sem dúvida, mas também podemos chegar a Ele pela razão.

7. Referências

CASTRO, Gustavo; OLIVIERI, Alejandro; CASTRO, Lourivânia. O Mundo Dicotômico de Platão como fundamento metafísico da sua teoria das Formas de Governo.

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 9, jan.-jul. 2023.

CASTRO, GJ; OLIVIERI, AG; CASTRO, L. de L. O lugar da *Política* na Filosofia Política de Aristóteles. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 1 v. 11, 2024a.

CASTRO, GJ; OLIVIERI, AG; CASTRO, L. de L. A Teoria Política Platônica. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 12, 2024b.

CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel Olivieri, Lacerda Castro, Lourivânia. A Teoria das Formas de Governo em Políbio. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**: v. 15 n. 48 (2024c)

CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel, Lacerda Castro, Lourivânia. . **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 15 n. 49 (2024d).

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. SP: editora Penguin-Companhia, 2017

SANTO AGOSTINHO. **Cidade de Deus**. SP: editora Penguin-Companhia, 2024.

SANTO TOMAS DE AQUINO. **Suma Teológica**. (5 volumes). SP: editora Ecclesiae, 2018.

TITO LIVIO. **História de Roma**. Seis Volumes. SP: editora Heráclito, 2023.